

Um estudo das fontes utilizadas na cobertura da reforma do ensino médio brasileiro em um contexto intercultural*



Nívia Rodrigues Pereira**

Recibido: 2024-03-24 • Enviado a pares: 2024-06-12
Aprobado por pares: 2024-09-06 • Aceptado: 2024-09-17
Doi: <https://doi.org/10.22395/angr.v24n48a06>

Resumo

O objetivo deste artigo é investigar as estratégias discursivas utilizadas pelo *site* da revista semanal de informação geral *Veja* — a de maior circulação no Brasil entre as publicações desse formato — para aproximar e estabelecer contratos de leitura com seus públicos promovendo a cidadania e o respeito à diversidade em um cenário intercultural, no âmbito de uma política pública de abrangência nacional. O estudo justifica-se pela necessidade de aprofundar as pesquisas que relacionam educação e mídia, considerando a fragmentação do contexto brasileiro, suas diversidades culturais, além da reforma do ensino médio no País. Para tanto, foram identificadas e mapeadas as fontes jornalísticas acionadas nas matérias relacionadas à Reforma do Ensino Médio brasileiro em dois períodos distintos e relevantes para o debate: 2016/2017 (criação e sanção da reforma) e 2022/2023 (implantação e suspensão da reforma). Foram empregadas as análises qualitativa e quantitativa, com apoio de gráficos, para identificar a frequência de uso das fontes e compreender o sentido atribuído a elas. Concluiu-se que as fontes jornalísticas têm desempenhado um papel importante no cenário intercultural, favorecendo a criação de empatia e proximidade entre o *site* da revista *Veja* e seus diversos públicos. Entretanto, ao enfatizara voz de seus pares, enfraquecem a pluralidade do debate sobre a educação no País e contribuem para a polarização política e o acirramento das tensões entre progressistas e conservadores.

Palavras-chave: Diversidade cultural; educação; fontes de notícias; Internet; Reforma do Ensino Médio; Webjornalismo.

* Parte da temática apresentada neste artigo foi discutida na dissertação de mestrado “O uso das fontes e das falas no webjornalismo como estratégia de aproximação com o leitor nos contratos de comunicação: um estudo dos sites de notícias *Caros Amigos* e *Veja* sobre a Reforma do Ensino Médio” defendida pela autora na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

** Doutoranda em Comunicação Social pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social - Interações Midiáticas - da PUC Minas. Jornalista e Coordenadora de Jornalismo e Conteúdo (CJC) do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). E-mail: nivia@cefetmg.br. Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-3287-9705>

A Study of the Sources Used in Coverage of the Brazilian Secondary Education Reform in an Intercultural Context

Abstract

This article investigates the discursive strategies used by the website of *Veja*, a weekly general-interest magazine with the highest circulation in Brazil, to engage its audiences and establish reading contracts, promoting citizenship and respect for diversity in an intercultural setting, within the framework of a national public policy. The study is justified by the need to delve deeper into research linking education and media, considering the fragmentation of the Brazilian context, its cultural diversity, and a secondary education reform in the country. To this end, the journalistic sources used in articles related to Brazilian secondary education reform were identified and mapped during two distinct periods relevant to the debate: 2016/2017 (creation and enactment of the reform) and 2022/2023 (implementation and suspension of the reform). Qualitative and quantitative analyses, supported by graphs, were used to identify the frequency of use of the sources and understand the meaning attributed to them. The study concludes that journalistic sources have played an important role in the intercultural landscape, fostering empathy and a sense of connection between the *Veja* magazine website and its diverse audiences. However, by emphasizing the voices of their peers, they weaken the plurality of the debate on education in the country and contribute to political polarization and the intensification of tensions between progressives and conservatives.

Keywords: cultural diversity; education; news sources; Internet; secondary education reform; digital journalism.

Un estudio de las fuentes utilizadas en la cobertura de la reforma de la educación media brasileña en un contexto intercultural

Resumen

El objetivo de este artículo es investigar las estrategias discursivas utilizadas por el sitio web de la revista semanal de información general *Veja* — la de mayor circulación en Brasil entre las publicaciones de este tipo — para aproximarse y establecer contratos de lectura con sus públicos, promoviendo la ciudadanía y el respeto a la diversidad en un escenario intercultural, en el marco de una política pública de alcance nacional. El estudio se justifica por la necesidad de profundizar en las investigaciones que relacionan educación y medios de comunicación, considerando la fragmentación del contexto brasileño, su diversidad cultural y la reforma de la educación media en el país. Para ello, se identificaron y mapearon las fuentes periodísticas utilizadas en los artículos relacionados con la Reforma de la educación media brasileña en dos períodos distintos y relevantes para el debate: 2016/2017 (creación y sanción de la reforma) y 2022/2023 (implementación y suspensión de la reforma). Se emplearon análisis cualitativos y cuantitativos, apoyados en gráficos, para identificar la frecuencia de uso de las fuentes y comprender el sentido que se les atribuye. Se concluye que las fuentes periodísticas han desempeñado un papel importante en el escenario intercultural, favoreciendo la creación de empatía y proximidad entre el sitio web de la revista *Veja* y sus diversos públicos. Sin embargo, al enfatizar las voces de sus pares, debilitan la pluralidad del debate sobre la educación en el país y contribuyen a la polarización política y al recrudecimiento de las tensiones entre progresistas y conservadores.

Palabras clave: diversidad cultural; educación; fuentes de noticias; Internet; reforma de la educación media; periodismo digital.

1 Introdução

A imprensa pode exercer um papel relevante na consolidação da educação regular, tanto como prática formativa quanto como instrumento de acesso à cidadania. Entende-se que, para o amadurecimento de um projeto de sociedade democrática que assegure qualidade de vida em diferentes dimensões e que reduza as desigualdades promovendo a inclusão, o desempenho da educação e da imprensa é primordial.

O movimento intercultural coloca frente a frente o "Eu" e o "Outro", aquele que esteve às margens passa a reivindicar acesso à educação, à saúde, à segurança e a outros direitos constitucionais. No caso da educação, a precarização no Brasil constitui um fenômeno histórico. Esse processo pode ser observado desde as primeiras instituições de ensino, concentradas exclusivamente nas mãos dos jesuítas (1549-1759), que buscavam prioritariamente a formação de missionários; passando pelo veto da família real portuguesa à criação de universidades no país — diferentemente da América espanhola, que no século XIX já possuía mais de vinte universidades —; pelo ensino médio propedêutico destinado à elite e o ensino profissionalizante voltado às classes populares sem acesso ao ensino superior; até a manutenção de uma economia eminentemente agrária. Esses e outros fatores contribuíram para reafirmar o quadro de descaso da educação brasileira e a acentuar, na contemporaneidade, a cisão social, política e econômica no processo de globalização, em um modelo que distingue os que estão no centro daqueles que permanecem à margem. Para Canclini (2004), a relação entre os diferentes grupos sociais, que gera disputas de representações ideológicas, políticas e culturais, complexifica um projeto social em rede.

Entidades internacionais, como o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no documento "Aprendizagem para todos – Investir nos Conhecimentos e Competências das Pessoas para Promover o Desenvolvimento – Estratégia 2020 para a Educação do Grupo Banco Mundial" e em outros, vêm reafirmando a necessidade de gerir a pobreza, além de expandir e melhorar a educação nos países de renda média (China, Índia, Brasil, entre outros) de modo a atender às demandas do capital internacional. Segundo Motta e Frigotto (2017, p. 364) "os organismos multilaterais, internacionais e regionais difundem a ideia de que os pobres atravancam o crescimento econômico, pois podem criar instabilidades políticas que afetam as boas condições de acumulação do capital".

Canclini destaca que "as diferenças socioculturais entre países e regiões, convertidas em assimetrias e desigualdades, exigem considerar a tensão entre a universalidade do conhecimento e as condições particulares de produção e enunciação dos saberes" (p.187). Oliveira (2009), por seu turno, identifica quatro consequências da globalização para a educação, a saber: 1) a educação como ferramenta de preparação para o trabalho; 2) o uso de tecnologias, como softwares educativos e educação a distância;

3) a “implantação de reformas educativas muito similares entre si na grande maioria dos países do mundo” (p. 209); e 4) a comercialização do setor educacional, transformado em objeto de interesse do capital.

Dentro das perspectivas apresentadas por diversos autores, é possível verificar a percepção da educação como mercadoria, com o objetivo de atender aos interesses dos grandes grupos financeiros, seja na mercantilização do ensino, particularmente no nível superior, seja como instrumento que fornece mão de obra qualificada para dar continuidade à engrenagem de acumulação de capital. Nesse cenário, o direito à educação e ao ensino regular são concebidos como moeda de troca e não como um direito à cidadania social e à participação política.

Atualmente, a polarização política na sociedade brasileira atual baseia-se em posicionamentos favoráveis ou contrários às políticas públicas de inclusão social e sobre a opinião de quem são os promotores da corrupção no Brasil. “A principal diferença entre direita e esquerda reside em concepções distintas entre, de um lado a ação individual e a escolha voluntária – destacadas pela direita –, e a ação coletiva, preferida pela esquerda.” (Telles, 2016, p. 99). A partir dessa discussão central, o debate da opinião pública ganhou outros elementos sociais, como a adoção de medidas que ofereçam ou que retirem direitos da educação, a adoção de cotas raciais e socioeconômicas nas universidades, a reforma do Ensino Médio e a reorganização escolar. A imprensa, por seu turno, fomenta e reflete esses debates:

[...] parte-se assim do pressuposto segundo o qual o espaço público atual de legitimação do poder (embora raramente da sua reformulação profunda) aceita que o jornalismo desempenha um papel estratégico de primeira ordem ao permitir debates protagonizados por públicos dotados de graus diversos de influência. Os confrontos verificados nesta esfera são razoavelmente condicionados pelo retrato da sociedade e pela forma como os jornais representam a política, o que dela dizem ou dela silenciam (Correia, 2007, p. 21).

A forma ainda sazonal e superficial com que o tema é tratado pela mídia direcionou a busca do corpus para a Reforma do Ensino Médio, criada por meio de Medida Provisória em setembro de 2016 e sancionada em fevereiro de 2017, no Governo presidencial de Michel Temer. Em 2021, a Portaria nº 521, expedida no Governo presidencial de Jair Bolsonaro, instituiu o Cronograma Nacional de Implementação do Novo Ensino Médio que previa para 2021 a aprovação e a homologação dos referenciais; para 2022 a implementação no 1º ano do ensino médio; e para 2023 a implementação no 1º e no 2º ano do ensino médio. Em abril de 2023, foi anunciada pelo governo federal do presidente Lula a suspensão do cronograma.

Entre outros temas, a reforma abarcou a flexibilização da grade escolar (Base Nacional Comum Curricular – BNCC – aliada a uma parte flexível); a contratação

de profissionais "de notório saber" para ministrar aulas em disciplinas de cursos técnicos e profissionalizantes, mesmo sem formação em licenciatura específica; a adoção do ensino integral de forma gradativa; e a inclusão da carga horária do ensino técnico, obrigatoriamente, como parte integrante da carga horária do ensino regular. Algumas das principais críticas diziam respeito à não participação popular, de especialistas e de entidades de classe na elaboração do documento, bem como à edição da nova legislação por Medida Provisória, ferramenta adotada em situações de urgência, por acelerar os ritos parlamentares e, em caso de não votação em 45 dias, obstruir a pauta das Casas Legislativas.

As matérias analisadas neste artigo abrangem dois períodos: a) de setembro de 2016, quando foi criada a Reforma, e fevereiro de 2017, quando a medida foi sancionada; b) de janeiro de 2022 a abril de 2023, período em que a implantação da Reforma esteve em curso. Em 2016, a medida gerou repercussão social e atingiu a centralidade no debate sobre educação na imprensa, porém o tema ainda carecia de maior repercussão ainda maior. Uma prova da pouca visibilidade e da escassa reverberação do debate sobre educação pela imprensa no Brasil foi a cobertura feita pelo *site* da revista *Veja*: 14 matérias jornalísticas no primeiro período e apenas 2 no segundo período analisado.

Mesmo nesse cenário, a pesquisa buscou identificar as estratégias acionadas nas matérias do *site* da revista *Veja* sobre a Reforma do Ensino Médio, utilizando as fontes para estabelecer contratos de leitura com os públicos leitores e bem corroborar determinados posicionamentos editoriais das publicações. Na primeira seção, "Fontes: ligação importante entre o fato e produtor da notícia", discute-se como as fontes unem o acontecimento ao jornalista e são apresentadas algumas classificações para identificá-las. Na segunda seção, "Os contratos estabelecidos entre a mídia e o público leitor por meio das fontes", apresenta-se o conceito de contrato na comunicação e como ele contribui para estabelecer o vínculo com as fontes jornalísticas. Na terceira seção, "O site de *Veja* na cobertura da Reforma do Ensino Médio", são apresentados e analisado como o *site* reverberou informações, por meio do uso das fontes, sobre a reforma educacional.

O objetivo aqui é levantar elementos de como a imprensa se comunica com seus públicos em um cenário intercultural, aproxima-se deles e produz sentido sobre a temática da educação. Canclini (2004) questiona "Como articular as batalhas pela diferença com as que se dão pela desigualdade em um mundo onde estamos todos interconectados?" (p. 210). No contexto globalizado, procura-se verificar se o debate é aprofundado, se múltiplas vozes são ouvidas, se são apresentados elementos de comparação e contextualização, bem como se há referência às políticas e legislações que sustentam ou refutam um posicionamento político, entre outras ações.

2 Metodologia

2.1 Fontes: ligação importante entre o fato e o produtor da notícia

O jornalismo se pauta pelo conhecimento daquilo que é, de alguma forma, singular, fora do comum, entendendo as desigualdades e os contextos sociais em que o fato está inserido. Uma ocorrência que traz algo, seja pela novidade, pelo inesperado, ou pelo eventual, e é difundida pelos discursos dos sujeitos. Segundo Canclini (2004, p.182)

ao globalizar-se os intercâmbios econômicos, as migrações, os meios de informação e entretenimento, as condições ecológicas e muitas doenças, requer-se uma concepção que reconheça as diferenças junto com as desigualdades, as interconexões entre sociedades com formas distintas de conhecimento.

Pode-se considerar o acontecimento como um momento de quebra de expectativa, que evoca a noção de movimento, de algo em mutação, já que se transforma, ou se complementa, a todo momento; um acontecimento em que se vê rompida a previsibilidade ou o que foge às regras sociais e aos quadros de referência preestabelecidos. A Reforma do Ensino Médio, por exemplo, apresenta-se nesse papel de movimento e de transformação social, que "[...] altera o arranjo dos fatos, dos poderes ou das ideias em algum nível" (Bucci, 2000, p. 42), ligando um fato aos leitores.

O acontecimento se faz em circulação. É enunciado em dinâmicas de práticas sociodiscursivas que são engendradas e disseminadas pela atividade circulatória que, a seu turno, não é lisa, mas constituída por insumos de lógicas e gramáticas, regras, discursos de diferentes instituições e saberes. O acontecimento resulta da diferença da relação entre dinâmicas interacionais, culturas das acoplagens sistêmicas, construções discursivas, de interpenetrações e dos seus efeitos (Fausto Neto, 2020, p. 120-121).

Se o acontecimento é a primeira motivação para a construção da notícia, as fontes são o seu elemento estruturante. O trabalho do jornalista, baseado no fato e na prestação de serviço público, trouxe consigo a atuação cada vez mais determinante das fontes, que representam, na construção da notícia, uma disputa de posição e visibilidade cada vez mais acirrada. Mesmo quando o jornalista realiza um trabalho ativo na busca de informações, o papel da fonte é fundamental tanto para a coleta de dados quanto para a elaboração do texto jornalístico. Dessa forma, a escolha e o uso das fontes são fundamentais para que a imprensa possa cumprir sua função informativa e seu papel social, especialmente no sentido de tornar transparentes as ações dos poderes instituídos, mesmo considerando o partidarismo e ideologia imbricados na imprensa.

Pode ser definido como fonte todo aquele que contribui para a construção do texto noticioso por meio de falas, serviços, saberes, atos e fatos sociais, com algum tipo

de influência no cotidiano e na atualidade, sendo convocado para contribuir na organização, desorganização e explicação do mundo presente, conforme Chaparro (2016). A fonte atua, frequentemente, como uma instância agenciadora e mediadora entre o jornalista e o acontecimento, relatando, de acordo com seus enquadramentos, o fato em questão e contribuindo para a construção da realidade mediada e difundida pela imprensa. "Uma boa fonte é aquela que proporciona material suficiente para uma boa notícia, além de conhecer o funcionamento da empresa jornalística e de saber que o fator tempo é primordial no processo de produção da notícia." (Gomes, 2011, p. 203).

De forma Intuitiva e empírica, pode-se afirmar que as fontes não são iguais. Elas não são iguais em posição. Não são iguais em relevância social. Não são iguais em poder de influência. Não são iguais nos meios a que recorrem. Não são iguais no volume de produção de informação direcionada aos jornalistas, nem na qualidade das mensagens que emitem. Mais do que isso, pode-se afirmar que quaisquer mensagens de quaisquer fontes, uma vez enquadradas, tratadas, apresentadas, difundidas, pela mídia, são, à partida, passíveis de efeitos mesmo que, em última análise, tudo dependa da resposta do consumidor da informação.

Segundo Telles (2016, p. 119), "[...] as notícias também são pensadas para aprazer os seus consumidores", e é isso que se percebe após a observação dos posicionamentos das fontes e dos objetivos pelos quais elas são acionadas na construção da narrativa jornalística. A seleção da fonte, a escolha das falas que serão publicadas como citação direta ou indireta, a opção por incorporar determinados dados ou informações dos depoimentos ao texto, tudo isso contribui para dar sentido à notícia, valorizando aspectos específicos da narrativa e direcionando-a para a construção de sentido proposta. Essas escolhas demonstram o enfoque que o jornalista quer dar à matéria, de forma a corroborar o discurso apresentado e desejado pelo profissional e pelo veículo.

O poder simbólico exercido pela fonte no contexto intercultural, ao interpretar a realidade e buscar visibilidade para determinados atores e fatos sociais, cria ou reforça tensões, podendo ou não interferir no enquadramento das notícias, uma vez que o jornalista atua como selecionador de conteúdo e produtor de significados.

Entre os teóricos pesquisados, Schmitz (2011) é aquele que apresenta uma tipificação mais abrangente de fontes. O autor compila e analisa outras teorias para chegar à divisão de cinco grandes grupos, com 19 categorias, sendo que cada fonte pode se encaixar em mais de uma dessas categorizações. Schmitz considera o nível de envolvimento com o tema, a que grupo pertence, se é anônima ou não e o grau de confiabilidade.

Nesta pesquisa, analisam-se as fontes por meio do critério “Grupos”, conforme é possível observar no quadro 1 criado tendo como base as definições do autor, que considera as fontes como sendo oficiais (governo), empresariais, institucionais (ONGs), populares (pessoas comuns), notáveis (personalidades), testemunhais (álibi, representa algo que viu ou ouviu), especializadas (notório saber específico) e de referência (documentos). As diversas possibilidades de fontes, e classificações, são chamadas a falar em uma matéria jornalística por meio das relações estabelecidas entre quem fala e os produtores da notícia, incluindo repórteres, editores e outras instâncias de poder do meio jornalístico.

Quadro 1. Classificação de fontes

<i>Categoria (envolvimento direto ou indireto)</i>	<i>Grupo</i>	<i>Ação</i>	<i>Crédito</i>	<i>Qualificação</i>
Primária	Oficial	Proativa	Identificada	Confiável (verdadeira e acessível)
Secundária	Empresarial	Ativa	Anônima	Fidedigna (poder, sem histórico de confiança mútua)
	Institucional	Passiva		Duvidosa
	Popular	Reativa		
	Notável			
	Testemunhal			
	Especializada			
	Referência			

Fonte: Elaborado pela autora com base em Schmitz (2011).

2.2 Os contratos estabelecidos entre a mídia e o público leitor por meio das fontes em um contexto intercultural

Todo o processo de observação, levantamento, análise e escolhas por parte do jornalista busca, em última instância, estabelecer relações com o interlocutor, à medida que o jornalismo funciona como uma instância de mediação entre o acontecimento e os sujeitos. A visão sobre o papel do sujeito como agente ativo nas estratégias de comunicação e a ampliação dos processos de convergência, compartilhamento e transmissão nos variados ambientes midiáticos contribuíram para o descentramento dos lugares de fala, ao articular a produção e a recepção por meio das estratégias discursivas utilizadas na produção textual, promovendo um diálogo ativo entre as partes.

Ao observar a variedade de compromissos identitários e de modos de simbolizar o sentido social, comprovamos que os conhecimentos necessários para se situar significativamente no mundo necessitam ser obtidos tanto nas redes tecnológicas globalizadas como na transmissão e re-elaboração dos patrimônios históricos de cada sociedade (Canclini, 2004, p.189).

O papel de reelaboração e transmissão dado, em parte, ao jornalista baseia-se também na relação de confiança com as fontes e com aquele que lê/ouve/vê a notícia veiculada nos meios e plataformas de comunicação, ou, pelo menos, com aquele que é pressuposto e idealizado pelo jornalista e pelo jornal em que trabalha. A formação de vínculos reafirma a construção identitária da mídia e cria um reconhecimento por parte do público receptor na busca por informações.

Esse leitor-modelo, delimitado conforme as expectativas da mídia, orienta a produção do texto com as características que seriam comuns à maior parte do público do veículo. É importante considerar que não há uma orientação única para atingir o leitor, já que os públicos não são totalmente homogêneos, mas é possível identificar um perfil médio para essa orientação. Fausto Neto, Castro e Lucas (1995) lembram-nos que existe uma "corporeidade jornalística no texto", pois a liberdade potencial de interpretação não é aberta o suficiente, de modo a não eliminar essas marcas textuais. As marcas presentes na superfície textual trazem a identidade do produtor e a sua intencionalidade quanto à relação que se quer estabelecer com o receptor-cidadão. A maneira como o texto se apresenta por meio do gênero, das figuras de linguagem, dos atos de linguagem, das modalidades de narrativa, da seleção de quem são aqueles aptos a falar, da escolha e do uso dos diversos tipos de citação, entre outras características, diz muito sobre os papéis exercidos no processo dialógico da comunicação e no endereçamento da mensagem.

Prado (2013) divide os momentos de convocação para o estabelecimento de contratos em três ocasiões: no primeiro momento, tendo clara a tendência editorial, a mídia e os produtores de conteúdo criam seus produtos após a montagem de toda uma estrutura física e intelectual; no segundo momento, é feita a convocação em si por meio da interpelação dos sujeitos para os quais o endereçamento se volta, criando relações de pertencimento e reconhecimento com o texto em questão; no terceiro momento, ocorre o retorno do processo dimensionado pela experiência desses sujeitos. Entre os operadores utilizados para o estabelecimento de possíveis contratos de leitura, Fausto Neto (1995) cita a recorrência, a localização e a identificação como elementos importantes na apresentação do acontecimento, voltados à criação de contatos e de mecanismos de construção de sentido. O contrato contribui também para selecionar os acontecimentos e suas formas de relatar, na medida em que exige o direcionamento necessário para atingir o leitor idealizado. Assim, é proposta uma arquitetura de vínculos baseada em regras e estratégias próprias.

Os enunciados e os "modos de dizer" convocam a adesão dos interlocutores, mediante contratos, buscando garantir a completude da informação de acordo com a agenda e o repertório dos sujeitos, além de seguir as escolhas e as valorações emitidas pelo produtor da notícia. É importante reforçar que não há rigidez nas regras,

pois o leitor pode escolher o percurso de acordo com as possibilidades de interação e interpretação previamente direcionadas na construção textual, e o repertório de cada receptor-cidadão, nessa perspectiva, mostra-se extremamente importante para o entendimento da mensagem.

O sujeito assume papel central na produção do conteúdo ao ser objeto considerado na instância de produção e, ao mesmo tempo, por ter a mobilidade e a possibilidade de traçar seu caminho no campo da interpretação. O objetivo é aliar a intenção do emissor às expectativas do interlocutor, por meio desses vários contratos estabelecidos e pela veiculação de uma informação em que se reduzam as dúvidas e incertezas quanto ao texto jornalístico apresentado, aproximando o receptor ideal do receptor real.

Os produtores de conteúdo jornalístico buscam justamente manter estratégias confiáveis para "cercar" o leitor/espectador e garantir os vínculos estabelecidos por meio dos contratos, com o uso das tecnologias comunicacionais, estimulando a interação entre a mídia e os sujeitos, entre produtores e receptores de conteúdo. A volatilidade desses papéis nesse contexto promove outras formas de processualidade e de interação, reconfigurando e tornando perenes as zonas limítrofes e as zonas de pregnância (Fausto Neto, 2008).

Outro autor que aborda o tema é Patrick Charaudeau (2001), que fala de "contrato de comunicação" com suas regras e necessidade de reconhecimento mútuo. Para que as regras do jogo possam ser entendidas pelos participantes da cena linguageira, é essencial que as práticas sejam reguladas socialmente e que dados externos e internos do processo comunicativo sejam validados na situação da troca discursiva. O autor classifica como dados externos aqueles formados pela regularidade dos sujeitos e pelas trocas estáveis por um determinado período, os quais se referem, muitas vezes, à dimensão situacional. São classificados como dados externos as condições de identidade, finalidade, propósito e dispositivo (circunstâncias materiais). Já os dados internos, são claramente discursivos e divididos entre os espaços de comportamento de locução, de relação e de tematização.

O necessário reconhecimento recíproco das restrições da situação pelos parceiros da troca linguageira leva a afirmar que estes estão ligados por uma espécie de acordo prévio sobre os dados desse quadro de referência. Eles se encontram na situação de dever subscrever, antes de qualquer intenção ou estratégia particular, a um contrato de reconhecimento das condições de realização da troca linguageira em que estão envolvidos: um contrato de comunicação. (Charaudeau, 2009, p. 68).

3 Resultados — O site de *Veja* na cobertura da Reforma do Ensino Médio

Veja apresenta-se como um importante objeto de análise de contratos firmados entre fontes e jornalistas, considerando que a publicação, mesmo com sucessivas quedas no número de revistas impressas e acessos digitais, segundo Instituto Verificador de Comunicação (IVC), mantém-se como a mais vendida do país e uma das publicações com maior tiragem do mundo. Atualmente, a revista autodefine-se como “a maior e mais prestigiada revista semanal do Brasil”.

A publicação semanal da Editora Abril foi lançada em 1968 sob direção de Vitor Civita (diretor e editor), Roberto Civita (diretor de publicações) e Mino Carta (diretor de redação). O viés político da revista esteve em destaque em todos os momentos de sua trajetória. Após o lançamento de *Veja*, o país passava do truculento governo de Emílio Médici (1969-1974) para um processo de relativa abertura no governo de Ernesto Geisel (1974-1979), que visava atenuar o autoritarismo, minimizando os desgastes de anos de violência em uma tentativa de prolongar a sobrevivência militar no poder (Pádua, 2013). O posicionamento crítico da revista, que nasceu no ano do maior atentado militar contra a imprensa da história do Brasil (AI-5), ocasionou episódios recorrentes de censura.

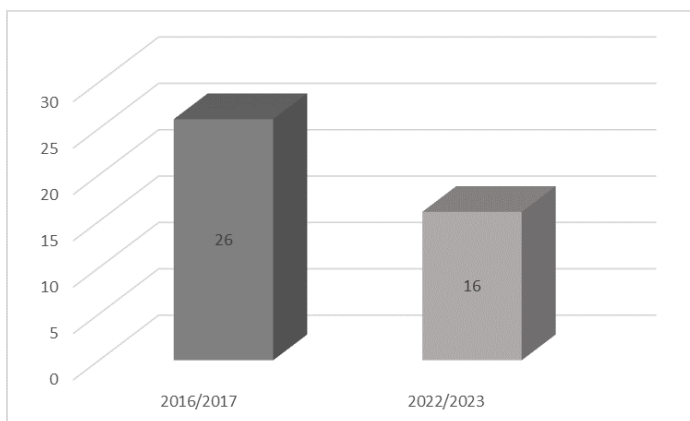
A partir daí, o apoio aos governos e às ideias neoliberais foi sucessivo e cada vez mais visíveis, inclusive nos períodos que antecederiam às eleições. Os ex-presidentes Tancredo Neves, Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso exemplificam alguns dos apoios oferecidos pela revista, em busca da redução da intervenção econômica no Estado e do desenvolvimento que garantisse a expansão das empresas capitalistas, por meio de medidas como a abertura para o capital estrangeiro. Na “Carta ao Leitor” da edição que antecedeu o segundo turno da eleição em que concorreram Collor e Luiz Inácio Lula da Silva (1989), a revista publicou que “[...] não será com estatização, com cerceamentos à livre iniciativa, com incremento de conflitos entre capital e trabalho, com restrições aos investimentos, com o isolamento do mundo desenvolvido e com o nivelamento por baixo que o país irá melhorar” (*Veja*, 2017, *online*).

Na análise do *corpus*, foram identificadas quatorze matérias de *Veja* no período compreendido entre setembro de 2016 e fevereiro de 2017 e duas matérias entre janeiro de 2022 e abril de 2023. Lembrando que somente as matérias foram selecionadas, excluindo-se entrevistas e artigos, para que a comparação entre os textos fosse a mais equivalente possível.

Conforme observado no Gráfico 1, a quantidade de fontes utilizadas pelo *site* no primeiro período analisado foi de 26 pessoas ou instituições diferentes, enquanto no segundo período foi de 16 pessoas ou instituições diferentes. Porém é necessário considerar que *Veja*, no primeiro período de análise, publicou doze matérias a

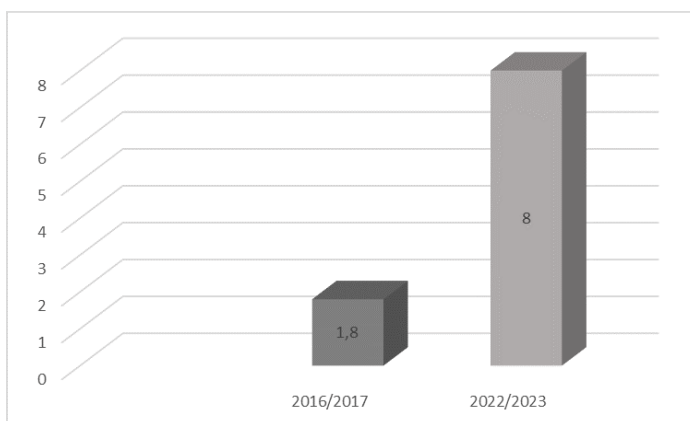
mais e, ao calcular a média de fontes por matéria (Gráfico 2), constata-se que foram ouvidas, respectivamente, 1,8 fontes por matéria e 8 fontes por matéria. O número reduzido de matérias publicadas em 2022 e 2023 tem como contraponto o aumento bastante expressivo de fontes usadas em cada matéria.

Gráfico 1. Quantidade de fontes utilizadas por *Veja*



Fonte: Elaborado pela autora.

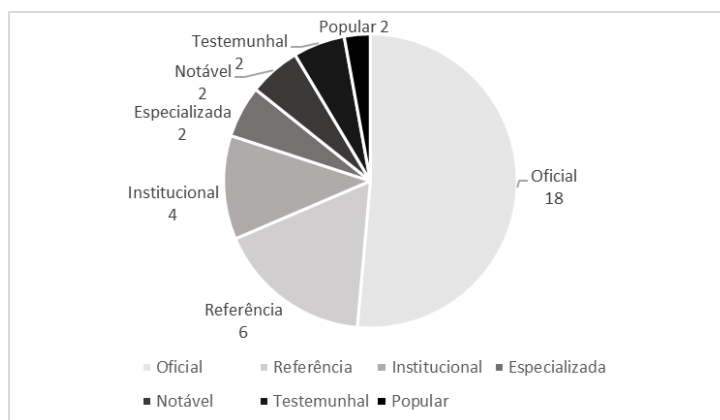
Gráfico 2. Média de fontes por matéria



Fonte: Elaborado pela autora.

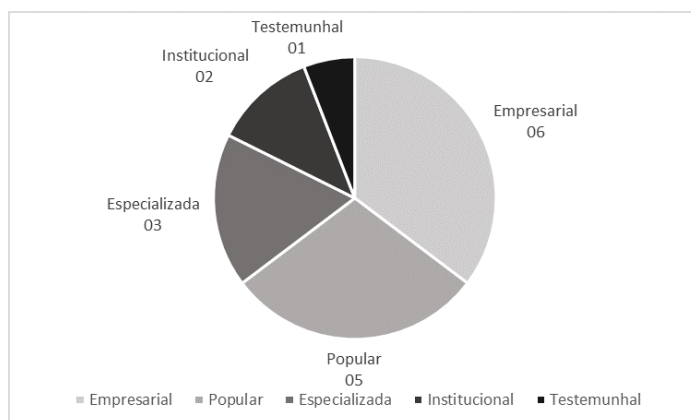
Destaca-se aqui que, no Gráfico 1 foram contabilizadas as fontes usadas nas matérias, desconsiderando as repetições. Enquanto isso, nos Gráficos 3 e 4, foram somadas as fontes usadas em todas as matérias, mesmo que repetidamente, de forma a elucidar, por exemplo, quantas vezes *Veja* recorreu às fontes oficiais e empresariais nas matérias analisadas.

Gráfico 3. Somatório das fontes utilizadas em todas as matérias de *Veja* (2016/2017), por categoria, segundo a tipificação "Grupos" de Schmitz



Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 4—Somatório das fontes utilizadas em todas as matérias de *Veja* (2022/2023), por categoria, segundo a tipificação "Grupos" de Schmitz



Fonte: Elaborado pela autora.

Seguindo a classificação de Schmitz (2011), no primeiro período, *Veja* sustentou-se majoritariamente nas fontes oficiais e, em número bem menor, nas fontes de referência. Segundo Schmitz (2011), as fontes de referência relacionam-se a livros, produções científicas, tecnológicas, acadêmicas e culturais, documentos ou outras mídias. Outras fontes utilizadas nas matérias são a especializada – pessoa de notório saber sobre o tema –; a popular – pessoa comum que não fala em nome de organização ou grupo –; a notável – personalidade reconhecida pelo talento ou pela fama; e a testemunhal – “[...] funciona como um álibi para a imprensa, pois representa aquilo que viu ou ouviu, como partícipe ou observadora” (Schmitz, 2011, p. 27).

São oficiais as fontes que se pronunciam por órgãos mantidos pelo Estado com poderes constituídos e organizações como juntas comerciais e cartórios. “É a preferida da mídia, pois emite informação ao cidadão e trata essencialmente do interesse público, embora possa falsear a realidade.” (Schmitz, 2011, p. 25-26). *Veja* mantém uma relação de dependência com as fontes oficiais. A frequente participação de representantes do Governo Federal – fontes oficiais propositoras da mudança – reflete a escolha da revista, ao reduzir o contraponto de ideias sobre o tema.

O somatório de fontes ouvidas por *Veja* em todas as matérias do primeiro grupo contabiliza 35, sendo que o MEC e o ministro da Educação, Mendonça Filho, foram os mais acionados, em cinco e quatro matérias cada, respectivamente. O MEC apareceu como fonte também, mais especificamente, por meio da então secretária-executiva do Ministério, Maria Helena Guimarães (em uma matéria), e da Secretaria de Educação Básica (em duas matérias). Há matérias, inclusive, cuja única fonte foi o ministro,¹ ou ainda o ministro e o ministério². É possível ver na matéria “Senado aprova MP que reforma o Ensino Médio³”, publicada por *Veja* em 8 de fevereiro de 2017, como a publicação se apoiou quase exclusivamente em fontes oficiais. No texto, foram reproduzidos somente as falas do ministro da Educação, Mendonça Filho (fonte oficial).

Já o somatório de fontes ouvidas pela *Veja* nas matérias do segundo grupo contabiliza 17, ou seja, somente uma delas se repete: o diretor de colégio particular de São Paulo. Nos anos de 2022 e 2023, a *Veja* adotou outra estratégia: foram ouvidas, em maioria, as fontes empresariais (representantes de escolas particulares de Belo Horizonte, Fortaleza, Salvador e São Paulo), assim como as fontes populares (estudantes e pais de estudantes de escolas particulares). Em menor número, aparecem, nessa ordem, as fontes especializadas, institucionais e testemunhais.

As fontes empresariais têm comumente “interesse comercial ou institucional e estabelecem relações com a mídia visando preservar sua imagem e reputação” (Schmitz, 2011, p. 26). Ao contrário, conceitualmente, a fonte popular fala por si mesma já que “não fala por uma organização ou grupo social” (Schmitz, 2011, p. 26). Porém, no caso das matérias analisadas no segundo grupo, as falas atribuídas às fontes populares trazem em seu discurso posicionamento que, em sua maioria, corroboram o posicionamento contrário à reforma. As fontes empresariais e populares apresentam discursos atravessados, por exemplo, por relações de classe, considerando que a classe média brasileira é autorreferente e busca a manutenção dos privilégios adquiridos. Ambos, empresários e integrantes da classe média, defendem, nas matérias analisadas, prioritariamente, a revogação da suspensão do calendário.

1 Disponível em: goo.gl/MDsVfg. Acesso em: 30 abr. 2023

2 Disponível em: goo.gl/vvUEa2. Acesso em: 30 abr. 2023

3 Disponível em: goo.gl/yVHPV7. Acesso em: 4 abr 2023

Na matéria "As incertezas após interrupção do Novo Ensino Médio"⁴, o presidente da Federação Nacional de Escolas Particulares afirma que "a questão virou política e não pedagógica" e promete entrar na justiça se o impasse da suspensão da Reforma continuar. Em vários momentos desde o início do debate sobre a Reforma do Ensino Médio, *Veja* se posicionou favorável à reformulação, reforçando seu ponto de vista neoliberal. Para a revista, o modelo "alinha o país aos modelos de educação das nações mais avançadas do mundo"⁵.

O novo modelo, aliado à difusão da tecnologia e a valorização de uma metodologia ligada às áreas de ciência e engenharia, passa a oferecer maiores possibilidades de engajar os estudantes no processo de aprendizado e melhorar de forma substancial os índices de aprendizagem, além de ampliar o alcance dessa formação de qualidade. E, associada a cursos de formação profissional em nível secundário, pode ainda fazer frente de forma mais eficaz à transformação do mercado de trabalho (resultado da digitalização e a automação de processos) e ao surgimento de novas profissões (Veja, 2022, online).

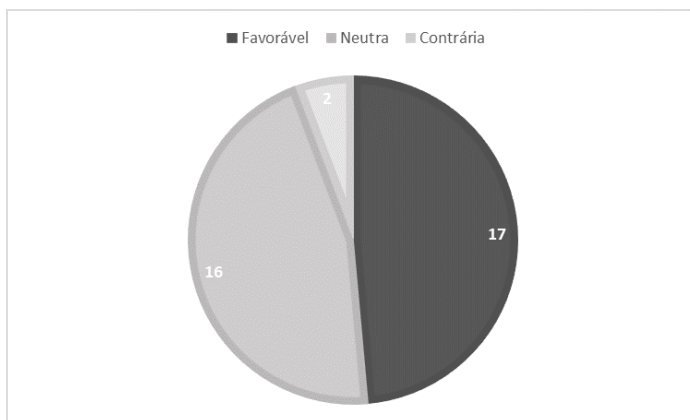
Da mesma forma que a revista cria uma dicotomia "velho" Ensino Médio (modelo rígido, distante, carregado de disciplinas obrigatórias) *versus* Novo Ensino Médio (flexível, próximo à realidade dos estudantes, voltado para o mercado e para complexidade da sociedade atual), reforça substancialmente o papel das escolas privadas como promotoras de uma educação mais avançada em comparação ao ensino oferecido nas instituições públicas.

No período de criação e sanção da reforma (2016/2017), a publicação parece endossar o governo federal por meio das fontes oficiais e no período de implantação e suspensão da reforma (2022/2023) parece apontar o exemplo das escolas privadas, por meio das fontes empresariais, como modelo bem-sucedido, a ser usado durante a implantação do novo sistema de ensino. Outro ponto de destaque na observação feita nos *corpora* é a confluência no posicionamento majoritário das fontes e do *site*, conforme é possível observar nos gráficos a seguir.

4 Disponível em: bit.ly/3LGQVu7. Acesso em: 30 abr 2023

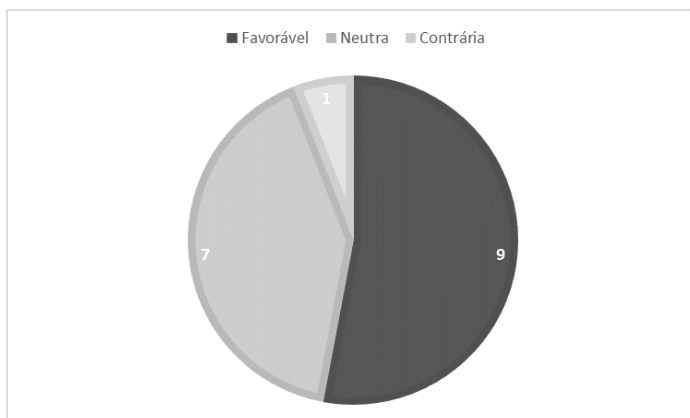
5 Disponível em: bit.ly/3XfIZo5. Acesso em: 07 set 2024

Gráfico 5. Posição das fontes nas falas analisadas em *Veja* (2016/2017) sobre a Reforma do Ensino Médio



Fonte: Elaborado pela autora.

Gráfico 6. Posição das fontes nas falas analisadas em *Veja* (2022/2023) sobre a Reforma do Ensino Médio



Fonte: Elaborado pela autora.

A *Veja* traz bons exemplos de alinhamento do discurso entre fonte e revista. Dentro do primeiro segmento de matérias, a publicação relata o caso de uma família da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro e estabelece uma comparação entre a filha mais velha, que "[...] quer fazer medicina, uma dureza para entrar mesmo estando matriculada em um dos melhores colégios particulares", e o filho mais novo, que "[...] terá pela frente uma vida escolar bem diferente e, quem sabe, mais adequada aos novos tempos". O colégio em que a primogênita estuda é o "A a Z", 17ª escola do estado do Rio de Janeiro com as maiores médias no Enem em 2015 - no início de 2017, o Governo

Federal anunciou que deixaria de publicar o ranking do Enem por escolas, por considerar que a divulgação havia se tornado ferramenta de publicidade das instituições de ensino -. A revista tem 58% de seus leitores pertencentes às classes A e B, o mesmo grupo social da família Neves, que ilustra a matéria. O próprio título do texto "A nova cor do ensino médio" faz referência, mesmo que indireta, à divisão de classes e de raças já largamente presente em todo o país. Pontos como a falta de infraestrutura para proporcionar à maioria dos alunos o acesso ao ensino integral e a formação tecnicista, em detrimento de uma formação crítica, são características do novo ensino médio que contribuem para ampliar o abismo entre as "cores" que cursam o ensino médio brasileiro. O texto da Medida Provisória enviado pelo governo para tramitação no Congresso Nacional não incluía Filosofia, Sociologia, Artes e Educação Física entre as disciplinas obrigatórias. O texto foi revisado durante a tramitação essas matérias foram incluídas como obrigatórias, com Português e Matemática.

No segundo segmento de matérias, o *site* da revista dá um panorama geral da trajetória da reforma do ensino médio desde 2017 e acrescenta que "apesar dos deslizes (...) o modelo, positivo e inteligente, anda de mãos dadas com as maiores economias do mundo, de modo a tornar a escola mais conectada aos desafios da sociedade contemporânea". Na outra matéria, afirma-se que o Prêmio Nobel de Física Richard Feynman, quando esteve no Brasil nos anos de 1950, "já registrava o seu espanto com a quantidade colossal de conteúdo que era apresentada aos alunos nestas praias: poucas vezes havia visto algo parecido. Por outro lado, observou o Nobel, os estudantes eram afeitos à decoreba e muitos boiavam em conceitos básicos".

A solução para essas mazelas viria, em parte, da reforma do ensino médio. O site da revista relata que um jovem de 15 anos, estudante de escola particular de classe média, "nutre saudáveis dúvidas sobre qual carreira seguir, mas na hora de marcar o xis em uma das cinco áreas, não pestanejou". Os estudantes escolhem entre cinco áreas formativas para aprofundar: Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Linguagens, Matemática e Formação Técnica. Segundo o *site*, "o novo ensino médio, como ocorre na maioria dos países da OCDE (organização que reúne os mais ricos), entre eles os Estados Unidos e a tão elogiada Finlândia, será mais flexível, dando ao jovem o poder de escolha sobre parte de sua jornada acadêmica". A matéria não menciona pontos importantes como as precariedades e vulnerabilidades enfrentadas por estudantes e profissionais da educação em escolas públicas de todo o Brasil.

4 Discussão e conclusões

A comunicação é um espaço aberto para debates significativos em níveis locais e globais. As redes tornaram os processos mais rápidos e contínuos, permitindo que vários padrões culturais sejam transmitidos e traduzidos, facilitando a quebra

de fronteiras e práticas interculturais. Em meio a tantas opções de publicação e a grande circulação de informação, principalmente dos acontecimentos mediados pelo jornalismo, estabelece-se um problema de natureza prática ao considerar a profusão e a profissionalização das fontes. Cada vez mais, instituições e mesmo pessoas físicas são habilitadas a falar e a lidar com a imprensa.

Para Canclini "conhecer implica socializar-se na aprendizagem das diferenças, no discurso e na prática dos direitos humanos interculturais" (p.190). A partir desse cenário, pretendeu-se elucidar quais são as táticas usadas pelo *site* da revista *Veja* para selecionar e atuar com as fontes de forma a atender aos seus públicos, considerando o respeito à diversidade e à democracia em meio ao cenário intercultural.

A diversidade reaparece, assim, no núcleo do projeto da sociedade do conhecimento. É o componente que a distingue da sociedade da informação, e o ponto em que se articulam a problemática da diferença e a problemática da conexão. Podemos conectarmos com os outros unicamente para obter informação, como o faríamos com uma máquina provedora de dados. Conhecer o outro, em contrapartida, é tratar com sua diferença (Canclini, 2004, p.194).

Diante das análises é possível considerar que os componentes acionados pela mídia são instrumentos úteis na criação de vínculos entre os sites e os leitores previamente firmados, mediante contratos. Percebe-se que a revista busca manter a proximidade e a empatia com os leitores, reafirmando que há um contrato e que a relação que é construída a partir dele deve seguir regras de confiança e de reconhecimento, por meio de estratégias de captura e manutenção do leitor. Cada integrante do processo comunicativo, neste caso, mídia e leitor, constrói uma imagem do outro de forma a contribuir para que os tópicos do contrato sejam validados e o acordo firmado. Para a mídia, essa concordância é importante para que sejam preservados os hábitos de consumo da notícia publicada, tanto online quanto impressa.

Veja busca ressaltar elementos que respaldam seu posicionamento editorial frente ao acontecimento jornalístico, com destaque para o cenário sociopolítico e educacional brasileiro. Percebe-se que, em ambos os casos, as fontes e suas falas são colocadas, em grande parte, para dizer aquilo que o veículo deseja. Não que haja uma falsificação ou manipulação do que é dito, mas as escolhas feitas levam ao direcionamento desejado pelo jornalista, assim como pela política editorial de cada revista. *Veja* busca informar seus leitores sobre os desdobramentos da tramitação do texto da reforma do ensino médio e busca ainda desconstruir o modelo de ensino vigente antes da Reforma, bem como as críticas feitas ao novo modelo por segmentos da sociedade civil e da imprensa. As matérias não têm como foco o ataque, mas o posicionamento firme e frequente das vantagens advindas da nova medida, usando, principalmente, a presença de representantes do Governo Federal no primeiro grupo de

matérias; e de empresários e de estudantes de escolas particulares e seus pais no segundo grupo de matérias.

Com poucas exceções, no geral, as matérias mantêm um tom ameno e constante em defesa da reforma. *Veja* apresenta a aprovação da Reforma como algo dado e certo nas matérias do biênio 2016/2017. A certeza de que o texto da medida seria aprovado e, conseqüentemente, promulgado, traz um clima mais de exaltação do que de embate. Nas matérias de 2022/2023, o enfoque é apresentar os pontos de vista e as experiências bem-sucedidas com a adesão ao novo ensino médio.

A homogeneização de pensamentos e discursos, apesar de atender aos contratos firmados com os leitores, empobrece o jornalismo e esvazia o debate sobre a educação no Brasil. Buscar alternativas e testar outras formas de produção textual que retirem o leitor da zona de conforto e ofereçam contratos mais amplos é necessário para dinamizar e qualificar o público na busca do reconhecimento e da luta pela educação como direito de todos.

Referências

- BUCCI, Eugênio. (2000). *Sobre ética e imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CANCLINI, Nestor Garcia. Diferentes, desiguales y desconectados: mapas de la interculturalidade. Barcelona: Gedisa, 2004.
- CHAPARRO, Manuel Carlos. *Curso de jornalismo* – aula 16: na tipologia, iniciação a uma teoria das fontes, entendidas como parte integrante do Jornalismo. Disponível em: bit.ly/3nj41Et. Acesso em: 30 abr 2023.
- CHARAUDEAU, Patrick. (2009). *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto.
- CHARAUDEAU, Patrick. (2001). Uma teoria dos sujeitos de linguagem. In: MARI, Hugo et al. *Análise do discurso: fundamentos e práticas* (p. 23-27). Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso.
- FAUSTO NETO, Antônio; CASTRO, Paulo César; LUCAS, Ricardo J. de Lucena. Mídiatribunal. A construção discursiva da violência: o caso do Rio de Janeiro. *Revista Comunicação & Política*. (p. 109-140). Rio de Janeiro: Ed. Cebela, ano 1, n. 2, dez. 1994/mar. 1995.
- FAUSTO NETO, Antônio. (1995). A deflagração do sentido: estratégias de produção e captura da recepção. (p. 189-221). In: SOUSA, Mauro Wilton. *Sujeito, o lado oculto do receptor*. São Paulo: Brasiliense.
- FAUSTO NETO, Antônio (2020). Circulação e transformações dos discursos jornalísticos. In: FERREIRA, Jairo [et al]. *Redes, sociedade e pólis: recortes epistemológicos na midiatização*. (p. 99-129). Santa Maria: FACOS/UFSM.
- FAUSTO NETO, Antônio (2008). Fragmentos de uma "analítica" da midiatização. *Revista Matrizes*. (p. 91-105) São Paulo, v. 1, n. 2.

- GOMES, Denise Cristina Ayres. (2011). Quem fala, quem cala: representatividade das fontes no discurso jornalístico sobre a loucura. In: CONCEIÇÃO, Francisco Gonçalves; ATAÍDE, Joanita Mota; PINHEIRO, Roseane Arcanjo Araújo. Desafios da pesquisa em jornalismo. (p. 195-212). São Luiz: Edufma.
- MOTTA, Vânia Cardoso da; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da reforma do Ensino Médio? Medida Provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017). Revista Educação e Sociedade, Campinas (SP): Unicamp, v. 38, n. 139, p. 355-372, abr./jun. 2017. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00355.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2023.
- OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. Revista Educação e Sociedade. Campinas (SP): Unicamp, v. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n108/a0630108.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2023.
- PRADO, José Luiz Aidar. (2013) *Convocações biopolíticas dos dispositivos comunicacionais*. São Paulo: Educ Fapesp.
- SCHMITZ, Aldo Antônio. (2011) *Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo*. Florianópolis: Combook.
- TELLES, Helcimara. (2016) A Direita vai às ruas: o antipetismo, a corrupção e democracia nos protestos antigoverno. *Revista Ponto e Vírgula*. (p. 97-125). São Paulo, n. 19.
- VÉRON, Eliseu. (2004) *Fragmentos de um tecido*. São Leopoldo (RS): Unisinos.